



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO  
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76020460/0001-43

Ofício nº 44/2022GAB


Antonio Olinto, 16 de março de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente,

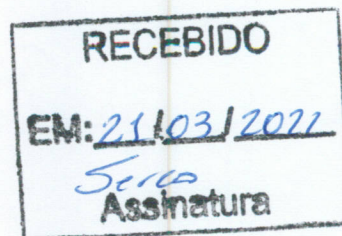
Com nossos cumprimentos, venho encaminhar para apreciação e votação desta nobre Casa Legislativa o projeto de lei que altera a Lei nº 874/2018 a fim de "alterar a nomenclatura e as atribuições do cargo do cargo em comissão "DIRETOR DE TRÂNSITO" do Município de Antonio Olinto, estabelecidas na Lei 906/2020, da outras providências".

Assim, demonstrado, em anexo, o interesse público e a conformidade com a legislação vigente e aplicável à espécie, solicitamos que o projeto seja recebido e submetido à apreciação em regime de urgência e ao final seja aprovado.

Protestos de estima.  
Atenciosamente.

  
**ALAN JAROS**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
Gilciano Moreira  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Antônio Olinto  
Rua Gasparina Simas Milleo, 269







# PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76020460/0001-43

### PROJETO DE LEI Nº 209/2022

O Prefeito Municipal de Antonio Olinto, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais apresenta à Câmara Municipal o seguinte:

“Alterar a nomenclatura e as atribuições do cargo em comissão “DIRETOR DE TRÂNSITO” do Município de Antonio Olinto, estabelecidas na Lei 906/2020, da outras providências”.

**Art. 1º.** Ficam alteradas a nomenclatura e as atribuições do cargo em comissão de DIRETOR DE TRÂNSITO, previsto no anexo II, da Lei nº 906 de 14 de maio de 2020, passando a ser “DIRETOR DE POSTO DE TRÂNSITO – DETRAN, com as atribuições abaixo relacionadas:

#### **ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO CRIADAS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, SERVIÇOS RODOVIÁRIOS E OBRAS PÚBLICAS:**

DIRETOR DE POSTO DE TRÂNSITO – DETRAN: Gerir convênios com outros órgãos governamentais da área de trânsito; estabelecer diretrizes de funcionamento da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI); estabelecer diretrizes de regulamentação de trânsito no âmbito municipal, orientar a sinalização e fiscalização das vias públicas municipais. Coordenar e Dirigir as funções administrativas do Detran, emplacamento, licenciamento, IPVA, decalque, entre outros; Colaborar em ações que objetivem atingir os níveis de excelência de atendimento a que se propõe a autarquia, visando à satisfação do usuário com os serviços prestados; Coordenar e Dirigir a manutenção atualizada e organizada de arquivos e bancos de dados; Coordenar e Dirigir as atividades referentes ao registro, distribuição, remessa e arquivamento do expediente administrativo, de acordo com as normas estabelecidas. Coordenar e Dirigir as atividades administrativas de apoio e controle referentes à sua área de atuação; assessorar a equipe responsável em dar cumprimento à legislação e às normas de trânsito; supervisionar a implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização, dos dispositivos e dos equipamentos de controle viário; supervisionar a coleta de dados estatísticos e elaboração de estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas; supervisionar as obras e eventos que afetem direta ou indiretamente o sistema viário municipal, em





24/10/1961

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76020460/0001-43

conjunto com o setor de engenharia do município; dirigir a política de integração com outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito; supervisionar a equipe de trabalho na execução dos projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo órgão competente; eventualmente, se habilitado, dirigir veículo automotor estritamente no desempenho de suas funções; executar competências correlatas. Requisitos: Ensino Médio.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 16 de março de 2022.

  
**ALAN JAROS**  
**Prefeito Municipal**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

## ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76020460/0001-43

### JUSTIFICATIVA

Prefacialmente, o presente projeto tem como escopo a alteração da nomenclatura, bem como estabelecer as atribuições do cargo em comissão atualmente designado como “DIRETOR DE TRÂNSITO”, passando a ser “Diretor de Posto de Trânsito – DETRAN”, a fim de que seja regularizado a situação de fato, cumprimento assim as disposições constantes no ordenamento jurídico vigente consoante ao Convênio nº 017/2017, firmado com o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

Cumpra esclarecer que embora tenha sido empregada em gestões anteriores, há um equívoco quanto a cessão do servidor ao DETRAN, uma vez que não há no quadro de cargos do Município o cargo destinado para o órgão com todos os requisitos previstos no convênio.

Nesse sentido, há uma recomendação administrativa do Ministério Público para revogar a cessão do servidor público comissionado, uma vez que não há no quadro de servidores destinado ao DETRAN.

Por este viés, se faz necessário pensar no princípio da continuidade, o qual rege a Administração Pública, o qual consiste na proibição expressa da interrupção total do desempenho de atividades do serviço público prestadas a população e seus usuários. Deste modo, entende-se que, o serviço público em análise incide na forma pelo qual o Poder Público executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados.

Pois bem. É nítido a partir deste prisma, quanto a necessidade da permanência do servidor comissionado, se deve justamente pela própria natureza do cargo exercido, uma vez que há que considerar que este é o único servidor do quadro de cargos de provimento em comissão do Município que possui conhecimento técnico para atuação. Ressalta-se neste ponto, embora haja possibilidade de ser cedido servidor efetivo, contudo, para isto é necessário que este





PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO  
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76020460/0001-43

realize um curso junto ao Departamento de Trânsito para que seja emitida expressa autorização para a desempenho da prestação do serviço, o que, por óbvio, demanda de um lapso temporal, o qual a Administração Pública não possui sem que haja a imediata suspensão do serviço.

Diante disso, denota-se que o serviço público, como atividade de interesse coletivo, visando a sua aplicação diretamente a população, não pode parar, deve ele ser sempre contínuo, pois sua paralisação total, ou até mesmo parcial, poderá acarretar prejuízos aos seus usuários, e não somente a eles, tendo em vista que destes prejuízos poderão ser exigidos ressarcimentos e até mesmo indenizações, recairá estes prejuízos aos próprios servidores públicos.

Consideramos justificada, dessa forma, a apresentação do projeto em epígrafe para o qual aguardamos apreciação e aprovação.

Protestos de estima.

Atenciosamente.

  
**ALAN JAROS**

Prefeito Municipal